RECEBIDO EM:
21 / 02 / 25, às 18 : 05 h.
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

**EMENDA SUPRESSIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 013 DE 28 DE JANEIRO DE 2025**

Suprima-se o artigo 9º do projeto de Lei Ordinária nº 013/2025, passando-se a renumerar os artigos seguintes.

**JUSTIFICATIVA**

Após análise da proposição encaminhada pelo Excelentíssimo Prefeito Cristiano Geraldo da Silva, os vereadores que assinam essa emenda propõem a supressão do artigo 9º Projeto de Lei Ordinária nº 013 de 2025, de forma a viabilizar o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei.

O referido projeto de Lei tem como ementa a "Revisão do Plano Municipal De Saneamento Básico (PMSB) de Capitólio – MG e da outras providências". Já o artigo 9º do projeto aborda tema diferente da ementa do projeto, sendo na prática uma autorização ampla e genérica à concessão de quatro serviços públicos de saneamento básico.

O Artigo 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 013 de 2025 prevê:

> *Art. 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:*
> *I - **Abastecimento de água potável**: constituído pelas infraestruturas e*
> *Instalações necessárias e, pelas atividades de abastecimento público de água*
> *potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;*
> *II - **Esgotamento sanitário:** constituído pelas infraestruturas e instalações operacionais e pelas atividades de coleta, de transporte, de tratamento e sua disposição final., desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;*
> *III - **Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas**: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de*

*transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;*

*IV - **Limpeza, urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição: e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública.*

Portanto o artigo 9º do referido projeto de Lei, na verdade trata-se de **uma autorização genérica e sem o detalhamento exigido em lei** para esses quatro fundamentais serviços públicos, autorizando assim que o Município faça os trâmites necessários para a **concessão desses serviços**: **Abastecimento de água potável, Esgotamento Sanitário**, **Drenagem** e manejo de águas pluviais urbana e **Limpeza urbana** e manejo de resíduos sólidos.

Por fim, importante constar que o referido projeto, protocolado em 28 de janeiro de 2024, tem uma "Pedido de Caráter de Urgência" para sua tramitação. Assim sendo, de acordo com os artigos 127 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Capitólio-MG e o Art. 51 da Lei Orgânica Municipal, a Câmara precisa se manifestar da matéria em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da proposição na casa. Assim sendo a Casa Legislativa tem até o dia 28 de fevereiro para discutir a matéria, sob risco de travar a tramitação de outros projetos na Casa. A próxima reunião ordinária será no dia 25de fevereiro.

***DO TEMA ESTRANHO AO PROPOSTO NA EMENTA***

Em uma primeira leitura o artigo 9º do referido projeto pode passar desapercebido no projeto, mas após uma análise mais profunda, fica evidente a estranheza de sua existência.

Esse artigo é o único que aborda o tema de concessão no referido Projeto, todos os demais tratam exclusivamente de aspectos técnicos da revisão do PMSB.

Essa comissão de vereadores buscou projetos de Lei semelhantes ao proposto e que foram tramitados em outras casas legislativas pelo Brasil. Foram localizados projetos nas cidades de Bom Retiro do Sul e Capão do Leão, ambas no Estado do Rio Grande do Sul; Patos de Minas no Estado de Minas Gerais; Passo de Torre no Estado de Santa Catarina; Trairão no Estado do Pará.

Em todos eles, **sem exceção**, os projetos de Lei que visam Revisão o PMSB se atentaram exclusivamente a isso, sem inserir artigo que aprovem Concessões de forma genérica, como é o caso do nosso Artigo 9º do Projeto de Lei Ordinária nº 013 de 2025. Os projetos de Lei citados serão disponibilizados à título de consulta aos demais colegas (ANEXO I).

## *DA INCOMPATIBILIDADE COM PREVISTO NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL*

O Artigo 109 de nossa Lei Orgânica Municipal prevê o seguinte:

> ***Art. 109**. A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será **feita com autorização legislativa**, mediante contrato, precedido de concorrência pública. ⇨ (NR) (redação estabelecida pelo art. 52 da Emenda à LOM nº 004, de 12.12.2017)*

A lei é clara em afirmar que para permitir a concessão é necessária Lei Específica. Esse artigo é fundamentado também pelo Artigo 37, inciso XXI e Artigo 175 da Constituição Federal de 1988.

A autorização genérica reivindicada pelo Prefeito esbarra ainda em outras duas importantes Lei Federais – a Lei do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) e a Lei de Concessões (Lei nº 8.987/1995). Ambas abordam a necessidade do detalhamento dos critérios estabelecidos nas concessões.

No referido Projeto de Lei Ordinária nº 013 de 2024, não há o detalhamento para todos os serviços previstos no artigo 2º do Projeto.

Esse entendimento é amplamente consolidado com diversas jurisprudências apresentadas:

a) STF - ADI 1.668/DF O STF declarou inconstitucional uma norma que misturava assuntos distintos sem relação entre si, destacando que cada lei deve ter um objeto específico.
b) STF - RE 581.488/RO Reafirmou que normas que autorizam concessões devem ser claras e específicas, não podendo estar inseridas de maneira genérica dentro de outros planos de governo.
c) STJ - REsp 1.804.095/MG O STJ anulou uma concessão feita sem autorização legislativa específica, reforçando que as leis de concessão devem ser precisas e autônomas.
d) STF - ADI 1.668/DF O Supremo declarou inconstitucional a delegação genérica de serviços públicos sem autorização legislativa específica, reforçando que cada concessão precisa de uma lei própria.
e) STJ - REsp 1.091.443/PR O STJ decidiu que a delegação de serviços públicos deve estar respaldada por lei específica e não pode ser feita por ato discricionário do Executivo.

## ***DA INCOMPATIBILIDADE COM PREVISTO NA LEI MUNICIPAL 2175 DE 2021 – LEI DAS PPP's E CONCESSÕES DO MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO-MG***

Importante também citar a Lei Municipal nº 2175 de 2021, lei essa inclusive proposta pelo atual Prefeito Cristiano Geraldo da Silva.

Essa norma prevê o seguinte no 3º parágrafo de artigo de nº 34:

> ***Art. 34.*** *A Contratação de Parceria Público-Privada e Concessão será precedida de licitação na modalidade de Concorrência ou Diálogo Competitivo, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização das autoridades competentes, fundamentadas em estudo técnico que demonstre:*
>
> .
>
> .
>
> .
>
> ***§ 3º*** *Os projetos de concessão inerentes ao Município de Capitólio deverão ser submetidos a Câmara Municipal para autorização* ***legislativa de forma***

***individualizada***. *(NR) (parágrafo com redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2.220, de 30.03.2022)*

A norma obriga explicitamente o envio de projeto de lei específica para o caso de Concessões, entendimento já consolidado por Lei Federais e várias jurisprudências, não restando dúvida alguma que o Artigo 9º do Projeto de Lei Ordinária nº 013 de 2025 é ilegal e precisa ser suprimido para que a tramitação do projeto de lei possa dar continuidade.

Importante frisar ainda que a Lei 2175 já foi amplamente abordada pela administração no último mandato. Na época foi apresentado o Projeto de Lei Ordinária nº 018 de 2022, que tinha como ementa a autorização específica para implantação de uma PPP de Cidades Inteligentes. O projeto de Lei será disponibilizado à título de consulta aos demais colegas, podendo inclusive servir de modelo à Administração Pública, para envio à Câmara de futuras propostas de Concessão (ANEXO II).

***CONCLUSÃO***

Diante do exposto, os vereadores que assinam essa emenda, entendem que não há outro caminho a não ser a supressão do artigo 9º do projeto de lei, e por consequência renumeração dos artigos seguintes.

Dessa forma será possível dar prosseguimento a tramitação do Projeto para discutir e analisar a Revisão do PMSB.

Câmara Municipal de Capitólio, 25 de fevereiro de 2025.

**CLÁUDIO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA**
**Vereador**

**DALMIR RODRIGUES**
**Vereador**

**EDGLEY DOS SANTOS AMORIM**
**Vereador**

**ELIZABETE ANTÔNIA DA SILVA**
**Vereadora**

**GABRIEL SANSONI DA MATA**
**Vereador**

**JOÃO GETÚLIO MARTINS**
**Vereador**

**JOSÉ SIRLEI ÁVILA**
**Vereador**

**LOGAN SOUZA SANTOS**
**Vereador**

**RENATO JOSÉ DA SILVA**
**Vereador**

***ANEXO I – PROJETOS DE LEI PMSB***

Prefeitura de Capão do Leão
Gabinete do Prefeito
Av. Narciso Silva, 1620. Centro. Capão do Leão RS. Cep 96.160-000
(53) 3275.1108 / 3275.1203
prefeito@capaodoleao.rs.gov.br
www.prefeitura.capaodoleao.com.br

VIII – desenvolvimento de sistema de informação em saneamento básico, e;
IX – formação e capacitação de recursos humanos em saneamento básico e educação ambiental.

Art. 3º O Fundo Municipal do Saneamento Básico – FMSB, será constituído de recursos provenientes:
I – das dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;
II – dos créditos adicionais a ele destinados;
III – das doações, reembolsos, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, e;
IV – de outras receitas eventuais.

Art. 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico de Capão do Leão será revisto a cada 04 anos, preferencialmente na mesma época de elaboração do Plano Plurianual, assegurada a ampla divulgação das propostas de revisão e dos estudos que as fundamentem, inclusive mediante consultas e/ou audiências públicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Capão do Leão/RS, em 05 de abril de 2023.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

LUIS CARLOS MOTTA SCHMIDT
Secretário Municipal de Governo



Documento assinado digitalmente por Vilmar Motta Schmitt (065.***.***-72)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracapaodoleao.rs.gov.br/ver e informe o código: 230405113559060B18

Prefeitura de Capão do Leão
Gabinete do Prefeito
Av. Narciso Silva, 1620. Centro. Capão do Leão RS. Cep 96.160-000
(53) 3275.1108 / 3275.1203
prefeito@capaodoleao.rs.gov.br
www.prefeitura.capaodoleao.com.br

responsáveis pela prestação do saneamento básico municipal, as diretrizes e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do acesso da população aos serviços de saneamento, bem como os programas e ações necessárias para seu atendimento.

Assim, o PMSB propõe soluções que representam maior eficiência, e maior eficácia, sobretudo, com objetivo de alcançar a efetiva prestação de serviços públicos de saneamento básico, com a formulação de soluções sustentáveis e adequadas à realidade e que cumpram com as diretrizes e princípios da Política Federal de Saneamento Básico.

Desta forma, requeremos a aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitando a ocasião para cumprimentá-los e colocarmo-nos a disposição para esclarecer eventuais dúvidas que porventura venham a surgir.

Gabinete do Prefeito Municipal, Capão do Leão/RS, em 05 de abril de 2023.

VILMAR MOTTA SCHMITT
Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente por Vilmar Motta Schmitt (065.***.***-72)
Para verificar sua autenticidade, acesse: https://www.camaracapaodoleao.rs.gov.br/ler e informe o código: 230405113550600B18

IV – Monitoramento e Avaliação: defini os mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade do PMSB de Patos de Minas, em especial focando nos objetivos, metas e resultados dos programas, projetos e ações.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Planejamento é o órgão da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal responsável por acompanhar a implementação do PMSB de Patos de Minas e por elaborar e coordenar os processos para o seu monitoramento, avaliação e revisão, em articulação com os demais órgãos públicos municipais que possuem atribuições relacionadas ao saneamento básico e resíduos sólidos e observadas as disposições da Lei Complementar nº 553, de 8 de maio de 2017, que dispõe sobre a reestrutura administrativa do Município de Patos de Minas.

Art. 3º O controle social dos processos de implementação, monitoramento, avaliação e revisão do PMSB de Patos de Minas será garantido, além de outros mecanismos e procedimentos que promovam os direitos de acesso à informação e participação:

I – pela atuação do Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico (COMSAB), órgão colegiado de caráter consultivo na formulação, planejamento e avaliação da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico, criado Lei nº 7.693, de 7 de dezembro de 2018;

II – pela atuação da Ouvidoria do Município, órgão responsável por assessorar, supervisionar e executar as atividades de atendimento, recepção, encaminhamento e resposta às questões formuladas pelo cidadão em relação à atuação dos órgãos municipais, prevista no inciso XV do art. 3º e no artigo 18, ambos da Lei Complementar nº 553, de 8 de maio de 2017.

Art. 4º O PMSB de Patos de Minas será avaliado anualmente com base nos procedimentos, ações e indicadores de monitoramento e avaliação previstos no próprio Plano, nos termos do Anexo Único desta lei.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação anual de que tratam este artigo serão divulgados no sítio eletrônico e demais canais de comunicação da Prefeitura Municipal, bem como apresentados e discutidos em reunião plenária do COMSAB.

Art. 5º O PMSB de Patos de Minas será revisado periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

Parágrafo único. As revisões do PMSB de Patos de Minas deverão ser precedidas da elaboração de diagnóstico e de prognóstico do sistema municipal de saneamento básico em seus quatro componentes.

**MENSAGEM Nº 244, DE 2 DE MARÇO DE 2023.**

A Sua Excelência o Senhor
**Gladston Gabriel da Silva**
Presidente da Câmara Municipal
Nesta.

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

Venho até a presença de Vossa Excelência e dos demais Edis desta Casa Legislativa para encaminhar Projeto de Lei que "**Aprova a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, incluindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, ambos do Município de Patos de Minas, e dá outras providências.**

No ano de 2008 o Município de Patos de Minas concluiu o Plano Municipal de Saneamento Básico, destinado à execução dos serviços de abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, o qual foi instituído pela Lei nº 6.058, de 8 de Dezembro de 2008.

Em 2011 foi concluído o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, aprovado pelo Decreto nº 3.493, de 4 de Outubro de 2011.

Entretanto, faz-se necessário realizar a revisão dos mencionados Planos Municipais, de modo a atender à exigência legal de revisão periódica, conforme previsto na Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), prevista na Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), prevista na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Acresça-se, ainda, que o caderno de diretrizes para a definição da Política e Elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, elaborado pelo Ministério das Cidades e publicado em 2010, recomenda a importância da sua aprovação por ato normativo, para que se constitua institucionalmente como instrumento de política pública.

De igual forma, a Lei Federal nº 12.305/2010, ao instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, inclui o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) como um dos instrumentos de tal Política e prevê o seu conteúdo mínimo no art. 19, além de autorizar, conforme § 1° do mesmo artigo, que o mesmo possa ser inserido no plano de saneamento básico, constituindo-se em um único instrumento.

# Projeto de Lei nº 44/2021

**"ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**VALMIR AUGUSTO RODRIGUES,** Prefeito do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, apresenta a Câmara Municipal de Vereadores para estudo, o presente Projeto de Lei:

## CAPÍTULO I
## DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

### Seção I
### Das Disposições Preliminares

**Art. 1º -** A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.
§ 1º A presente política está fundamentada na Lei Federal nº 11.445/2007, com alterações dadas pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece as diretrizes nacionais do saneamento básico, no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e outras normas aplicáveis.
§ 2º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pelos setores e ações em saneamento básico.

**Art. 2º** - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.
Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e da legislação estadual.

**Art. 3º** - Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

**Art. 4º** - O lixo originário de atividades comerciais, industriais ou de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do Poder Público, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, ser considerado resíduo sólido urbano.

V - subsídios: instrumentos econômicos de política social que contribuem para a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico por parte de populações de baixa renda;
VI - contratos regulares: aqueles que atendem aos dispositivos legais pertinentes à prestação de serviços públicos de saneamento básico;
VII - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias com área inferior à fração mínima de parcelamento prevista no art. 8º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;
VIII - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não tenha sido possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;
IX - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;
X - operação regular: aquela que observa integralmente as disposições constitucionais, legais e contratuais relativas ao exercício da titularidade e à contratação, prestação e regulação dos serviços;
XI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento;
XII - sistema individual alternativo de saneamento: ação de saneamento básico ou de afastamento e destinação final dos esgotos, quando o local não for atendido diretamente pela rede pública;
XIII - sistema separador absoluto: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário;
XIV - sistema unitário: conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar conjuntamente esgoto sanitário e águas pluviais.

**Art. 7º -** Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local, os quais deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

**Art. 8º -** O Município, no exercício de sua competência e prerrogativa que lhe é assegurada pelo art. 30, inciso V, da Constituição Federal, e art. 8º, inciso I, da Lei 11.445/2007, com alteração dada pela Lei 14.026/2020, fica autorizado a prestar os serviços de saneamento básico:
I - diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
II - indiretamente, mediante prévia licitação, sempre que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do Município, por meio da celebração de contrato de concessão, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, sendo

progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários;
IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
X - controle social;
XI - segurança, qualidade, regularidade e continuidade;
XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva;
XIV - prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços;
XV - seleção competitiva do prestador dos serviços; e
XVI - prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

**Seção IV**
**Dos Objetivos**

**Art. 10 -** São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:
I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda, a inclusão social e a promoção da saúde pública;
II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda e áreas críticas que necessitem de melhorias operacionais;
III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;
IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo Poder Público se dê segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;
V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;
VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com outros entes federados, bem como com entidades municipais;
VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;
VIII - fomentar o desenvolvimento cientifico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;
IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as

**Seção I**
**Da Composição**

**Art. 12 -** A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 13 -** O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

**Art. 14 -** O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:
I - Plano Municipal de Saneamento Básico;
II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;
III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;
IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

**Seção II**
**Do Plano Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 15 –** O Plano Municipal de Saneamento Básico é o documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido no artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/2007.

**Art. 16 -** O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, como principais elementos:
I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;
II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;
IV - ações para emergências e contingências;
V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
§ 1º O Plano Municipal de Saneamento Básico poderá ser elaborado com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.
§ 2º O Município fará a consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço.

**Art. 21 -** O Conselho Municipal de Saneamento Básico será formado pela composição de órgãos governamentais e entidades não governamentais, e será constituído pelos seguintes membros:
I - 5 (cinco) membros do Poder Público:
a) Um representante da Secretaria de Meio Ambiente;
b) Um representante do Departamento de Planejamento Urbano;
c) Um representante da Secretaria de Administração e Finanças;
d) Um representante da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária;
e) Um representante da Procuradoria-Geral do Município.
II - 5 (cinco) membros da Sociedade Civil Organizada:
a) Um representante dos profissionais registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);
b) Um representante dos profissionais registrados no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
c) Um Representante do Setor Imobiliário local;
d) Um representante da Associação de Agricultores;
c) Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

**Art. 22 -** Para cada representante titular, caberá um suplente da mesma fonte de indicação, com presença e palavra asseguradas em todas as reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico, e voto, quando no exercício da titularidade.
§ 1º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.
§ 2º Em caso de empate, prevalecerá o voto proferido pelo Presidente.

**Art. 23 -** O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico será eleito por seus membros, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais 1 (um) mandato.
§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e seus respectivos suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.
§ 2º O desempenho das funções dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico não será remunerado, sendo considerado como de "Relevante Serviço Público".

**Art. 24 -** O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico será sugerido pelos membros ao chefe do Poder Executivo Municipal para análise e homologação por Decreto.

**Seção IV**
**Do Fundo Municipal de Saneamento Básico**

**Art. 25 -** Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta Lei, cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.
Parágrafo único. Fica definido como gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico o Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico**

**Art. 29 -** Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:
I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;
III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.
§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, podendo ser publicadas por meio da Internet.
§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

**CAPÍTULO III**
**DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

**Art. 30 -** São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:
I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;
II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;
III - que a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos sejam compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;
IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;
V - o ambiente salubre;
VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;
VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei.
VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário;
IX - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

**Art. 31 -** São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:
I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;
II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;
III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;
IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Público Municipal;

outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
III - de manejo de águas pluviais urbanas: em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

**Art. 37 -** Observado o disposto nos incisos I a III do artigo 36, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
IV - inibição do consumo supér?uo e do desperdício de recursos;
V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

**Art. 38 -** Observado o disposto no artigo 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:
I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;
III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos;
VI - capacidade de retorno dos investimentos.
Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará os casos e as formas nos quais os prestadores de serviços poderão negociar suas tarifas com grandes usuários, mediante contrato específico.

**Art. 39 -** As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:
I - o nível de renda da população da área atendida;
II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;
III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

**Art. 44 -** Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.
§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.
§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.
§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

**CAPÍTULO VI**
**REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Art. 45 -** A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser realizadas por órgão administrativo com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, gozando de independência decisória perante os demais órgãos da Administração Pública.
Parágrafo único. Deverá a entidade de regulação atuar com base no que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 46 -** São objetivos da regulação:
I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico;
III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

**Art. 47 -** A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:
I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação,

**Art. 52 -** Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Lei nº 672 de 28 outubro de 2009.

Passo de Torres/SC, em 06 de dezembro de 2021.

**Valmir Augusto Rodrigues**
**Prefeito Municipal**

**Valmir Augusto Rodrigues**
**Prefeito Municipal**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO
GABINETE DO PREFEITO

**Projeto de Lei nº 006/2022**

*"Dispõe sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Trairão, destinado à execução dos serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana e Drenagem de águas Pluviais, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências."*

**Valdinei José Ferreira** Prefeito Municipal de Trairão, Estado do Pará, faz saber que a Câmara Municipal de Trairão, aprovou e Eu sanciono e publico a seguinte Lei;

## Titulo I
## Da Política Municipal de Saneamento Básico

### Capítulo I
### Das Disposições Preliminares

**Art.1º.** O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, tem com o diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar qualidade de vida, manter o meio ambiente equilibrado, busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer diretrizes ao poder público e a coletividade para a defesa, conservação, e recuperação da qualidade e salubridade ambiental.

**Art.2º** A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município de Trairão.

**Art. 3º.** Para os efeitos desta lei considera-se:

I. Salubridade Ambiental: Estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a

**§1º**. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar ambiental de seus habitantes.

**§2º**. Os contratos de concessão ou permissão para prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental, sempre autorizados por lei específica, formalizados mediante prévia licitação, estabelecerão as condições de seu controlee fiscalização pelo poder concedente, término, reversão dos bens e serviços, direitos dos concessionários ou permissionários, prorrogação, caducidade e remuneração, que permitam o atendimento das necessidades de saneamento básico da população urbana e rural e que disciplinem os aspectos econômico-financeiros doscontratos.

**§3º.** A gestão, entendida como planejamento, regulação e fiscalização, prestação dos serviços, controle social e execução da Política Municipal de Saneamento Básico é de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente de Trairão.

**Art.7º.** O Município poderá realizar programas conjuntos com a União, Estados, Municípios e outras instituições públicas, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a assegurar a operação e a administração eficiente dos serviços de saneamento básico.

**Art.8º.** O Município, enquanto Poder Concedente exigirá que a União e o Estado assegurem condições para gestão do saneamento básico.

**Art.9º.** Ficam obrigados os prestadores de serviços de saneamento básicoe ambiental a divulgar a planilha de custo dos serviços.

**Art.10.** Para a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico deles se ocuparão profissionais qualificados e legalmente habilitados.

## SEÇAO I
## Dos Princípios

**Art.11.** O Plano Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I. a prevalência do interesse público.
II. o ambiente salubre, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida, é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de assegurá- lo.
III. o combate à miséria e seus efeitos, que prejudicam não apenas a qualidade de vida, mas também a qualidade ambiental dos assentamentos humanos e dos recursos naturais.
IV. a participação social nos processos de formulação das políticas, definição das estratégias, planejamento e controle de serviços e obras de saneamento, de decisão e fiscalização sobre custos, qualidade dos serviços, prioridades financeiras e planos de investimentos e na defesa da salubridade ambiental.

ser fixado o número de Conselheiros e as entidades que irão compor o Conselho.

## Seção I

## Da competência do Conselho Municipal de Saneamento Básico

**Art. 15.** Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I. auxiliar na formulação, planificação e execução da política de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar a sua execução.

II. opinar e dar parecer sobre projetos de leis que estejam relacionados à Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, assim como convênios.

III. decidir sobre propostas de alteração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

IV. estabelecer metas e ações relativas à cobertura e qualidade dos serviços de água potável, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais e controle de vetores, de forma a garantir a universalização do acesso.

V. exercer a supervisão de todas as atividades das concessionárias, permissionárias, prestadores dos serviços, órgãos da administração pública direta e indireta, relacionadas à prestação dos serviços públicos de saneamento básico e ambiental, dando opiniões e sugestões;

VI. propor mudança sem normas, regulamentos e regimentos decorrentes desta lei.

VII. avaliar os indicadores constantes de Informações em Saneamento Básico;

VIII. aprovar as tarifas, taxas e preços relacionados aos serviços de saneamento básico;

IX. deliberar sobre a criação e aplicação de fundos de reservas e especiais;

X. fixar normas de transferências das dotações orçamentárias;

XI. examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saneamento básico em ambiental;

XII. elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

XIII. estabelecer diretrizes para a formulação de programas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XIV. estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XV. articular-se com outros conselhos existentes no País, no Estado e nos Municípios com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

## Seção II

## Do Funcionamento do Conselho

**§ 1º**. Os relatórios referidos no "Caput" do artigo serão publicados a cada dois anos pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, reunidos sob o título de "Situação de Salubridade Ambiental do Município".

**§ 2º**. O relatório "Situação de Salubridade Ambiental do Município", conterá, dentre outros:

I. Avaliação da salubridade ambiental das zonas urbana e rural.

II. Avaliação do cumprimento dos programas previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico de Trairão - PA.

III. Proposição de possíveis ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviços e das necessidades financeiras previstas.

**§3º**. O regulamento desta lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboraçãoe aprovação dos relatórios.

## Seção I
## Do Fórum de Saneamento Ambiental e Meio Ambiente

**Art.22.** O Fórum de Saneamento Básico e Meio Ambiente reunir-se-á a cada dois anos, durante o mês de junho, com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento ambiental e meio ambiente e propor diretrizes para a formulação da Política Municipal de Saneamento Básico.

**Art.23.** O Fórum será convocado pelo **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Trairão** ou, extraordinariamente, pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**§1º**. A representação dos usuários no Fórum de Saneamento Básico e Meio Ambiente será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

**§2º**. O Fórum de Saneamento Básico e Meio Ambiente terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e submetidas ao respectivo Fórum.

## Seção II
## Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

**Art.24.** Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos do Plano Municipal de Saneamento Básico previstos nesta lei, cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**Art.25.** Fica vedada a consignação de recursos financeiros de qualquer origem para aplicação em ações de saneamento pelo município que não seja por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

I. Constituir banco de dados com informações e indicadores sobre os serviços de saneamento básico e a qualidade sanitária do município.

II. Subsidiar o Conselho Municipal de Saneamento Básico na definição e acompanhamento de indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento.

III. Avaliar e divulgar os indicadores de desempenho dos serviços públicos de saneamento básico, na periodicidade indicada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**§1°.** Os prestadores de serviço público de saneamento básico fornecerão as informações necessárias para o funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento, na forma e na periodicidade estabelecidas peloConselho Municipal de Saneamento Básico.

**§2°.** A estrutura organizacional e a forma de funcionamento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico serão estabelecidas em regulamento.

## Seção IV
## Das infrações, penalidades e multas

**Art. 29.** Sem prejuízos das sanções civis e penais cabíveis, as infrações ao disposto nessa lei, acarretarão as aplicações das seguintes penalidades, garantidas a ampla defesa e o contraditório:

I. advertência, com prazo para a regularização da situação;
II. multa simples ou diária;
III. interdição.

**§1°**. Em caso de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária.

**§2°**. Serão punidos com advertência, multas ou interdição as seguintes infrações:

I. intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água, esgoto e drenagem;
II. ligações clandestinas de qualquer canalização a rede distribuidora de água, esgoto e drenagem;
III. derivação do ramal predial antes do hidrômetro;
IV. danificação propositada, inversão ou retirada do hidrômetro;
V. violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;
VI. uso de dispositivos, tais como bombas ou ejetores, na rede distribuidora ou ramal predial;
VII. interconexão da instalação com canalizações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;
VIII. interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos com o sem débito;
IX. restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete ou no ramal;
X. desperdício de água em períodos de racionamento;

**Art. 35.** Constitui órgãos executivos deste Plano as Secretarias Municipais de Obras, Saúde, Meio ambiente e Administração e Finanças.

**Art. 36.** Constitui órgão superior do presente Plano, com caráter consultivo, deliberativo, regulador e fiscalizador o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 37.** Nos casos omissos, aplica-se a Lei federal nº. 11.445/07 e a Lei Federal nº. 12.305/10.

**Art.38.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art.36.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAIRÃO, Estado do Pará, em 29 de março de 2022.**

**VALDINEI JOSÉ FERREIRA**
**Prefeito Municipal**

Publicado na Secretaria, na data supra.

**ARLETE BAÚ**
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# PROJETO DE LEI Nº 23/2021

*"Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão integrada de resíduos sólidos destinado à execução dos serviços de abasteciemtno de água, esgotamento sanitário, manejo e drenagem de águas pluviais e residuos sólidos urbanos no Municipio de Bom Retiro do do Sul"*

***EDMILSON BUSATTO***, Prefeito Municipal de Bom Retiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto no art. 58 da Lei Orgânica do Município.

***FAÇO SABER*** que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos do Volume I, II, destinado a articular, integrar e coordenar recursos técnologicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, Manejo e Drenagem de Águas pluviais no município de Bom Retiro do Sul, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 11.445/2007 e 12.305/2010;

**Art. 2º** O Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos, instituido por esta Lei, será revisto periodicamente a cada quatro anos, sempre ateriormente à elaboração do Plano Plurianual.

**Paragrafo único:** O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessária, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

**Art. 3º** A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ser elaborada em articulação com a prestadora dos serviços e estar com compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

**I.** estabelecidos no Volume I e II do Plano de Sanemanto Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em anexo.

**II.** da Política Municipal de Saneamento, Política Estadual de Saúde Pública e de Meio Ambiente.

**III**.e dos Planos Estaduais de Saneamento e de Recursos Hídricos.

Bom Retiro do Sul/RS, 05 de Março2021.

**Mensagem Justificativa**
Projeto de Lei Nº 23/2021

**Sr. Presidente,**
**Srs. Vereadores:**

É com satisfação que saudamos Vossas Excelências e encaminhamos Projeto de Lei, que institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão integrada de resíduos sólidos destinado à execução dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo e drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos no Município de Bom Retiro do Sul.

O plano de saneamento de um município determina as diretrizes para melhorias da salubridade ambiental de toda a comunidade, o qual serve de orientação a ser seguida pelo executivo municipal na busca de melhorias, recursos e adequações do setor de saneamento no município, envolvendo a questão de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbano e resíduos sólidos.

Com esse intuito e seguindo o determinado na Lei 11.445/2007, o qual estabelece a revisão do PMSB e PMGRS, o município de Bom retiro do Sul encaminha para apreciação deste legislativo a revisão do plano municipal de saneamento básico de Bom retiro do Sul, para posterior publicação com as devidas alterações, caso necessário, por este legislativo.

O plano será instituído em forma de lei e será válido por no mínimo quatro anos a partir de sua publicação.

Assim sendo, estando presentes as condições legais, se espera a aprovação do projeto de lei, ora encaminhado.

Cordiais Saudações,

**Edmilson Busatto**
**Prefeito Municipal**

***ANEXO II – PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 018 DE 2022 - PPP***

Capitólio
PREFEITURA

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador
**Gabriel Sansoni da Mata**
**Presidente da Câmara Municipal de Capitólio/MG**
Câmara Municipal de Capitólio/MG
Rua Monsenhor Mário Silveira, nº 300,
Capitólio, MG – CEP: 37.930-000

Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos à apreciação desta Casa Legislativa Projeto de Lei Ordinária que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários a concessão administrativa (parceria público privada) dos serviços de eficientização, operação e manutenção da iluminação pública, implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e de usina fotovoltaica, nos termos do art. 34, § 3º, da lei municipal nº 2.175 de 2021.

Em razão da Lei Municipal nº 2.175 de 2021, foram definidas determinas condicionantes à deflagração de processo licitatório para a contratação a concessão administrativa de serviços (Parceria Público-Privada), dentre elas destacamos a autorização legislativa e a aprovação dos projetos pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões do Município de Capitólio/MG.

Com efeito, no dia 21 de outubro de 2022, o ilustre Conselho Gestor, em sua Segunda Ata de Reunião Ordinária, aprovou os estudos técnicos para a Concessão Administrativa (Parceria Público Privada) dos serviços de eficientização, operação e manutenção da iluminação pública, implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e de usina fotovoltaica.

Dessa forma, um dos requisitos para início do processo licitatório foi cumprido, restando pendente a autorização desta r. Casa Legislativa para o prosseguimento do projeto, o qual é, relembre-se, de suma importância para o desenvolvimento da infraestrutura urbana do Município de Capitólio/MG.